



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2018

Ata n.º 10

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de treze de Abril e aditamento de dezoito de Abril, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da ata de 06-02-2018; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório do ano de 2017;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público, com publicação no JOUE para fornecimento de energia em BTE e MT edifícios do município de Albufeira;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de peças e acessórios para viaturas da marca Volvo, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 12.000,00 + IVA;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público com publicação no JOUE para aquisição de serviços de inspeção e manutenção de parques infantis do concelho de Albufeira;-----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação sob proposta da câmara municipal, do inventário do património respeitante ao ano de 2017;-----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação sob proposta da câmara municipal, dos documentos de prestação de contas do município respeitantes ao ano de 2017;-----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação da moção apresentada pela bancada da CDU acerca da situação dos CTT;-----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação da recomendação apresentada pelo PAN, para a criação de uma comissão para a elaboração de um regulamento municipal de saúde, proteção e bem-estar animal; -----



PONTO ONZE: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de regulamento municipal de ruído ambiental;-----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do projeto de regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Albufeira;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação do relatório da comissão de análise sobre o regulamento de ruído ambiental do município de Albufeira e respetiva proposta de recomendação;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação do relatório da comissão de análise sobre o projeto de regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Albufeira e respetiva proposta de recomendação;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento das atividades de comércio a retalho e restauração e bebidas não sedentários do município de Albufeira;-----

PONTO DEZASEIS: Apreciação e deliberação do relatório da comissão de análise sobre o regulamento de atividades de comércio a retalho e restauração e bebidas não sedentários e respetiva proposta de recomendação;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público com publicação no JOUE para o aluguer de máquinas e viaturas com operador ou condutor, até ao limite de € 250.000,00, acrescido do IVA;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Candidatura ao Aviso ALG-03-2017-08 - Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local;-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação da moção apresentada pela CDU sobre o 44.º aniversário da Revolução de Abril;-----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação da saudação apresentada pela CDU ao 1.º de Maio, dia internacional do trabalhador.-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (membro suplente CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD) Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD),



Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), José Manuel da Bota Sequeira (PSD), bem como os presidentes de Juntas de Freguesia de Paderne - Miguel Coelho, de Ferreiras - Jorge Carmo, de Albufeira e Olhos de água - Indaleta Cabrita e secretário da junta de freguesia da Guia - José Cabanita.-----

Faltas: Renato José Martins Miguel Pimenta e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Cândido Reigado e José Cabanita.-----

Registou-se ainda, a presença do presidente da câmara, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o presidente da assembleia deu início à sessão: -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Catarina Mota: “Trago hoje uma questão, que se afigura a meu ver muito pertinente para o nosso município, que se traduz no seguinte, como é que Albufeira, uma cidade que se diz empenhada em trabalhar para e com os jovens não tem um conselho municipal de juventude. Diz-nos a lei oito de dois mil e nove de dezoito de fevereiro, alterada por ultimo, pela lei seis de dois mil e doze de dez de fevereiro, no artigo dois, que o conselho municipal de juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude, estando os seus fins elencados no artigo seguinte. Mais acrescento que, define o artigo sétimo que a este órgão compete emitir pareceres obrigatórios não vinculativos sobre uma vasta quantidade de matérias relacionadas com as políticas da juventude. Como, pergunto eu, é possível estarmos em dois mil e dezoito e Albufeira não ter um conselho municipal da juventude, quando a lei, cuja primeira versão é de dois mil e nove, expressamente indica no artigo vigésimo sétimo, número dois, o seguinte e cito, *os municípios que à data de entrada em vigor da presente lei não se encontrem dotados de um conselho municipal de juventude devem proceder à sua instituição, nos termos da presente lei, no prazo máximo de seis meses.* Faço notar o seguinte, para eventuais questões, o preceito diz, devem, não diz podem, pelo que se trata efetivamente de uma imposição legal, que não está a ser observada



até ao dia de hoje. A título de conclusão, quero somente salientar o início da minha questão, qual é o motivo da inexistência deste órgão em Albufeira?"-----

Jorge Coelho: "É sobre uma exposição que fiz há cerca de um mês à câmara municipal de Albufeira e ainda não obtive resposta. Trata-se da colocação de um estacionamento reservado para deficientes, numa zona fora do local de residência do indivíduo e onde o indivíduo apresenta tudo menos deficiência. Porque faz surf, skate e tudo mais. Agradecia que esclarecessem quais são as condições para que isso aconteça, estive a informar-me e acho que é cerca de sessenta por cento de deficiência e tem de ter do IMT uma placa para colocar na viatura. E esta mesma viatura não se encontra com a tal placa. Gostava que nos esclarecessem."-----

Filomena Almeida: "Boa noite, tive um problema de saúde, e no ano passado tive crises terríveis e muitas vezes não ia trabalhar. Fiquei com uma dívida à câmara e este ano tiraram-me o meu lugar e meteram-me numa rua que é uma travessa, ninguém dos meus colegas foi trabalhar ainda, somente um que esteve lá três semanas e vendeu zero. Estou numa situação complicada, não tenho como sobreviver, não trabalho há imenso tempo e pedia que alguém tivesse um descargo de consciência e visse que preciso de trabalhar e ali não é o local. Assim não consigo fazer a minha vida, quase que não tenho dinheiro para comer, estou a viver em casa de amigos, estou numa situação complicada, porque há quatro ou cinco meses que não trabalho."-----

Carlos Ventura: "Bravo, a juventude tem opinião, deveria existir mais pessoas, jovens que viessem aqui dar a sua opinião, exigir à câmara municipal de Albufeira o que é um dever para com a cidadania. Se não existisse falcatrua na Caixa Geral de Depósitos o nosso défice seria zero virgula nove por cento. Se não existisse falcatrua dos bancos com a Caixa Geral de Depósitos talvez o défice fosse positivo. As autoridades criminosas que nada fizeram à verdade, fatos, à câmara municipal de Albufeira boa noite, senhores presidentes, assembleia, câmara municipal, deputados, vereadores, sois políticos que são pagos para exercer função política ao serviço da verdade. Este país não teve respeito por mim, fui vítima de crime, vivo mal, não tenho dinheiro para pagar impostos, como o estado me roubou não tenho nada a pagar. A oposição, a CDU e o Bloco de Esquerda, digo francamente que a CDU não tem condições de exercer função camarária, mas em todo o caso, com respeito à CDU e ao Bloco de Esquerda penso que a CDU deveria analisar e talvez meter-se em conjunto para que possam derrubar a presidência atual nas próximas eleições. Eu, fui vítima de um crime pelo qual estou a



passar mal, ninguém que está aqui nesta sala chegou ao pé de mim e perguntou o que se passava, nada. Fui vítima de um crime deste país que não se respeita a cidadania. Penso que se não abríamos a pestana, vós jovens, força, porque nós estamos a ficar velhos. Não tiveram vergonha, com a minha condição, doente, fui arrastado pela GNR, fui detido e algemado, porque estava a manifestar-me, um país que se diz democrata. Vou contar uma história, uma funcionária da câmara municipal de Albufeira dirigiu-se ao vice presidente da Caixa Agrícola e disse que não tinha possibilidades de pagar a casa e o presidente, hoje atua, disse que não havia nada a fazer, a rapariga estava para ir para a rua, chega o senhor presidente, falecido, telefona, porque há sempre mecanismos, a rapariga paga menos dinheiro e consegue estar na casa dela com os filhos. Isto é um presidente que não foi capaz de ter coragem de resolver uma situação que era fácil de resolver."-----

Presidente da assembleia: "Só para informar que houve um pedido de informação relativamente à questão dos regulamentos e do relatório da comissão, nomeadamente do regulamento de ocupação da via pública, temos algumas cópias do relatório da comissão, sei que o tempo é pouco, mas sempre que os senhores tenham alguma dúvida ou queiram algum documento podem dirigir-se aos serviços da assembleia municipal e solicitar os documentos, que eles são públicos e serão remetidos por correio eletrónico ou por papel."-----

Domingos Coelho: "Gostaria de levantar três questões de gestão do quotidiano e uma de gestão mais estrutural. Do quotidiano tem a ver com duas situações na baixa de Albufeira. Uma, tem a ver com a situação da rua da Bateria, a rua junto à falésia que parte do cais e chega até aos antigos paços do concelho e há dias fizeram um buraco, para resolver um problema de saneamento e entretanto não foi repostado o asfalto e lá está o buraco. Depois, todo o muro junto à falésia, está todo partido, rachado e tem um vidro, mesmo junto ao quintal da câmara que tem uma proteção em ferro e está completamente ferrugento, há ali o perigo de uma viatura bater no vidro e ir pela ribanceira abaixo. Depois, na Praça da República, há um espaço onde serve para depositar o lixo, está completamente sujo, completamente degradado o seu aspeto. Se subirmos a rua Joaquim Pedro Samora, aquela que segue pelo antigo hospital, as casas estão completamente degradadas, as portas e janelas fechadas e se continuarmos a ter, digamos, o Sol e Mar, mais de oitenta por cento daquelas casas estão abandonadas, para não dizer, todo aquele espaço chamado o Cerro da Vila, que penso



que é a última hipótese de Albufeira requalificar o seu turismo e está completamente ao abandono. Sei que não tem só a ver com os poderes públicos, tem a ver com os poderes privados, mas toda aquela zona penso que deveria ter uma maior atenção por parte dos serviços camarários. Outra rua que está completamente abandonada é a travessa Alves Correia, aquela que sobe onde era a antiga farmácia Judite e que vem desembocar na rua do MFA. Nessa travessa em tempos foi posto um gradeamento, supostamente para colocar uns vasos, mas os vasos desapareceram ou nunca lá estiveram. A ideia, penso que era para proteger os peões para passarem entre esse gradeamento e a parede dos edifícios. O que acontece é que, os peões não passam nesse espaço, passam dentro da estrada e não há um lancil, não há uma proteção para os peões. Outro alerta, tem a ver com a estrada das Chaiças em Paderne, já é a terceira vez, quarta ou quinta que falo nisto, é uma estrada muito frequentada, quer pelas atividades agrícolas, quer pela atividade normal da freguesia de Paderne, é uma estrada que em tempos foi aplicado o pavimento "maquedame" só para verem a importância que ela tinha naquela altura e hoje está completamente degradada, está cheia de buracos e para além do mau serviço que presta, quanto mais tarde se reparar mais caro fica. Queria fazer uma abordagem mais estrutural, no âmbito da revisão do PDM, tem a ver com a dependência que Albufeira tem da monocultura do turismo, não é um mal, mas poderá vir a ser, esta dependência, praticamente todo o Algarve, mas particularmente Albufeira a atividade económica depende mais de oitenta e cinco por cento de atividades turísticas. E mesmo alguma atividade que não é turística, por exemplo o trabalho que desenvolve na zona do Escarpão, sendo uma atividade extrativa ela está dependente do turismo. Sabe-se que o turismo é das atividades mais sensíveis, em termos de qualquer acontecimento internacional, geopolítico, principalmente. No âmbito da revisão do PDM até que ponto é que não seria possível a criação de uma zona industrial de serviços, onde fosse possível, com algumas ajudas, com algumas parcerias por parte da câmara atrair investimento privado na área particularmente das novas tecnologias, ligando à universidade, porque, é nas alturas que temos superávide que acontece agora que a câmara tem à volta de setenta ou oitenta milhões em caixa, e estaria em condições de fazer essas parcerias. Não é quando o turismo tiver em crise, nessa altura não se pode fazer nada. É uma coisa que me espanta, no Algarve não há um concelho, uma vila, que tenha uma alternativa ao turismo. Se virmos há cidades pelo país, por exemplo Tondela, Covilhã, que têm atividades industriais de grande



significado e no Algarve não se consegue encontrar uma. Albufeira tem uma posição estratégica, do ponto de vista geográfico, é central no Algarve, é onde desemboca a auto-estrada, é onde desemboca a linha férrea e, não tem nada disto. Por exemplo, vamos à freguesia do Algoz, mais periférica em relação a tudo isto e tem um parque industrial e de serviços com um certo significado. Albufeira não tem. O meu alerta é no âmbito do PDM até que ponto não é possível criar um espaço e penso que não é aquela alternativa da Faceal, aquilo penso que é uma situação um pouco inviável, o projeto que foi apresentado, se calhar aquele espaço poderia ser aproveitado exactamente para isso."-----

Luis Magalhães: "Permito-me saudar na pessoa do excelentíssimo senhor presidente da assembleia municipal, o conjunto dos elementos da autarquia, assim como todos os presentes. A minha curta intervenção refere-se a dois fatos. O primeiro consiste em felicitar a câmara municipal pela bem conseguida renovação da iluminação pública na rua da Torre da Medronheira. Congratulo-me por isso como vulgar cidadão, pois era uma premente necessidade não só para os que por lá residem, mas também para os inúmeros transeuntes que a utilizam dado que é uma importante via de acesso à praia Maria Luisa. Mas não podia, até porque o passado serve sobretudo para corrigir o futuro, deixar de referir que, aquando da necessária reabilitação dessa rua, e tendo constatado que esse ponto não estava a ser respeitado consoante o projeto a que tinha tido acesso, levantei o assunto na mesma assembleia sem qualquer resultado palpável senão uma infeliz intervenção dum efémero vereador. Afinal eu tinha razão, mas teria sido mais económico analisar e ter tomado em consideração a minha pertinente intervenção. Como se diz, mais vale tarde que nunca. O segundo ponto que queria evocar diz respeito à deficiente sinalética sobretudo na malha urbana da cidade. Participei no passado dia sete de abril, seguindo uma sugestão da agenda que o município edita e que merece, diga-se de passagem, uma palavra de elogio, numa operação portas abertas, do moinho de vento, sito no Cerro Malpique, louvavelmente recuperado e com cerimónia alusiva ainda presidida pelo meu saudoso amigo Dr. Carlos Silva e Sousa, a quem presto sentida homenagem. Considero-me, dada a minha condição de albufeirense de coração, razoavelmente conhecedor da cidade, mas devo confessar que tive certa dificuldade em encontrar o dito moinho, e julgo saber não ter sido o único. Trata-se de um testemunho digno de registo dum passado de que Albufeira se deve orgulhar, para mais situado, o que é lógico, num local privilegiado, e que, mesmo



com a compreensível dificuldade de o manter aberto durante o dia, seria muito certamente polo de atenção para muitos cidadãos, quer nacionais quer turistas estrangeiros. Situado a escassas centenas de metros de uma rotunda, junto de duas concorridas superfícies comerciais, três simples placas sinaléticas tornariam facilmente localizável essa pequena relíquia de um passado não muito distante. Uma última palavra, em jeito de conclusão sobre o profissionalismo a que assisti nesta visita, com judiciosas explicações de um, julgo eu, colaborador do museu de arqueologia, destacado para o efeito nesse dia, acompanhado por um amável padernense conhecedor da matéria. Obrigado pela atenção."-----

Carlos Ventura: "A cidade histórica de Albufeira está abandonada. Penso que a parte histórica de Albufeira devia ser governada para o turismo da época baixa. Há muita coisa a fazer, por exemplo reaproveitamento de livros em local próprio, convidar artistas, convidar escritores, pintores, de forma a que o turismo seja também no inverno. Fala-se do turismo de inverno mas praticamente não se faz nada, acho que deveria existir iniciativas, haver pessoas a organizar festas aqui em Albufeira de forma a contornar as dificuldades que as pessoas encontram para trabalho. E porque não a juventude tentar se organizar de forma a que essas iniciativas fossem para a frente."-----

Presidente da Câmara: "Começando pelas questões da Catarina Mota, sobre o conselho municipal da juventude, não sei qual a razão porque não houve até agora, sei que está legislado tal e qual como o conselho municipal da educação, e que a minha intenção dentro de relativamente pouco tempo, três ou quatro meses implementar o seu funcionamento. As razões que levaram a não formação deste órgão desconheço, porque não tinha o pelouro e não posso avaliar essa situação. Quando à intervenção do senhor Jorge Coelho, sobre a colocação de lugar para deficientes na rua Nossa Senhora de Fátima, o senhor que pediu o lugar de estacionamento tem um cartão emitido pelo IMTT."-----

Jorge Coelho: "Nessa rua há dois lugares destinados a deficientes, o que está a dizer está legal, custa a andar, agora o outro não, há cinco dias estava a surfar em Sagres."

Presidente da Câmara: "Vou mandar ver a situação do outro, e receberá a resposta dentro de pouco tempo. Aquilo foi emitido pelo IMTT, nem foi pela câmara municipal. Quanto à D. Filomena Almeida, sobre os problemas de saúde e a dívida à câmara, pede para trabalhar, mas penso que foi colocada num outro sítio, provavelmente vai



trabalhar na mesma, pode não ser igual. É uma questão de depois se verificar se há alguma possibilidade de ficar em outro lado. Ao senhor Domingos agradeço as referências sobre a baixa de Albufeira e em particular da rua da Bateria, a questão do saneamento que foi reparado e depois não foi repostado o pavimento, realmente é uma situação que até pode estar esquecida, vou mandar ver a situação, bem como toda a rua da Bateria precisa de uma revisão. Relativamente à rua do MFA e Alves Correia, os limites vão ser alvo de uma requalificação dentro deste ano ou próximo ano isso vai acontecer. Relativamente à estrada das Chaiças estão a ser preparados concursos de pavimentações em todas as freguesias do concelho e esta está incluída no concurso que vai ser aberto para a freguesia de Paderne. A questão sobre a zona industrial e serviços a haver em Albufeira, realmente é uma lacuna existente. Em tempos, talvez doze anos, tive entre mãos um processo para iniciar um campo industrial com empresas chamadas de tecnologia limpa, no sentido de formar um embrião de um parque industrial tecnológico com relacionamento, precisamente, com a universidade. Entretanto esse processo caiu e agora, estou, desde a semana passada a ter reuniões com proprietários de terrenos, precisamente para adquirir terrenos com este intuito. Porque também consideramos que viver apenas do turismo, embora seja extremamente importante, dada a conjuntura e o local onde estamos, é um concelho que tem de ser eminentemente turístico, de qualquer das maneiras, outras atividades económicas deverão ser também promovidas, aceleradas e apoiadas, nomeadamente a questão industrial e comercial, a questão da agricultura, por exemplo. Na revisão do PDM com certeza, deverão ficar identificadas zonas onde estas áreas poderão ser implantadas. Relativamente ao senhor engenheiro Luis Magalhães, esta questão da deficiente sinalética urbana, vamos ter isso em atenção, vamos mandar colocar, não só para o moinho, mas para tantas outras coisas que às vezes, para quem cá está é fácil perceber onde é, mas para quem não conhece torna-se um pouco difícil, ainda que agora haja os GPS, mas nem toda a gente possui esse tipo de tecnologia."-----
Munícipe não identificado: " Estive a ler sucintamente o relatório da comissão de análise ao regulamento da venda a retalho não sedentário, esta comissão levanta uma série de dúvidas, mas pelo que entendi no final, o regulamento deve ser apresentado para aprovação. É o que entendo do que está aqui escrito, devo entender que esta comissão não vai provocar nenhuma alteração no regulamento que foi apresentado? É essa a minha pergunta."-----



Presidente da Assembleia: "O regulamento é um documento da Câmara Municipal, esta Assembleia tem o poder, efetivamente, de o aprovar ou não o aprovar e pode propor recomendações de alteração à Câmara Municipal. O trabalho da comissão foi precisamente esse, de propor e considerar que seriam pertinentes essas recomendações e que a Câmara Municipal poderá ou não acatar essas recomendações por parte da Assembleia Municipal, porque a competência é da Câmara Municipal. Nós, Assembleia, temos algumas limitações na alteração dos documentos que vêm da Câmara Municipal. Porque isto foi objeto de discussão pública e como tal a Assembleia não pode alterar um documento que vem de discussão pública de uma forma contrária àquilo que é proposto pela Câmara Municipal. A comissão fez o seu trabalho de recomendar à Câmara Municipal que, no tempo que entender pertinente, produzir as alterações no sentido do que foram as recomendações da comissão."-----

Maria da Graça Santos: "Relativamente à comissão do mesmo regulamento tenho uma questão a fazer, está aqui escrito que, *sem prejuízo daqueles que residem e têm a sua atividade há muitos anos no concelho*. A minha questão é quantos anos são esses e no caso de, para quem é filho de Albufeira, se isso tem alguma implicação e terá os mesmos anos ou não. A minha questão é quantos anos são e se poderá ou não concorrer, porque na verdade sou de Albufeira, mas talvez não tenha tantos anos assim para poder concorrer ao concurso? Em todo o caso, como tenho um tempo de antena, se a câmara me propor a alteração, uma vez que sou licenciada em psicologia, cá estarei para abarcar esse novo projeto, vi que houve diversos concursos, a psicologia não foi abarcada, fica a sugestão."-----

Presidente da assembleia: "A comissão foi integrada por um membro de cada força política desta Assembleia Municipal, fez recomendações que não são propostas de alteração concreta, portanto, deixa à Câmara Municipal o trabalho da concretização dessas propostas e será a Câmara Municipal, que estudando essas condições que depois irá propor a competente alteração. O que não quer dizer que os munícipes também não possam fazer um trabalho de propostas à própria Câmara Municipal. Vou dizer isto, desta forma crua, a discussão pública servia precisamente para isto que nós estamos aqui a fazer, e não foi feito esse trabalho e infelizmente poderia ter tido outros contributos para o documento. Mas de qualquer das maneiras esteve em discussão pública e agora estará no domínio do executivo propor as alterações e concretizar



estes aspetos, em termos, como refere, em termos dos anos que considera pertinentes, mas isso sempre no trabalho da Câmara Municipal.”-----

Olimpia Sousa: “Queria perguntar se se mantém a questão da antiguidade, dos anos que temos de cartão e se os lugares que vão a sorteio são todos os lugares que existem ainda com a ocupação da via pública pelos vendedores?”-----

Vereador Rogério: “Em primeiro lugar louvar a presença nesta Assembleia com tantos munícipes, significa que estão interessados. Aqui penso que só poderei responder à questão que a D. Olimpia levanta. Levanta a questão se antiguidade, vai ser mantida ou não, como já devem ter lido o regulamento e o relatório, não cabe a mim ou ao senhor presidente da câmara decidir. Cabe à câmara, caso seja aprovado, irá existir uma nova comissão de técnicos do município, que vão fazer a proposta do edital que irá à câmara para ser aprovada. Posso dizer que a questão da antiguidade, conforme estava previsto antes, acho que vai continuar, mas não posso garantir. Em relação aos lugares, em princípio serão todos os que estão neste momento é para manter, mas não posso garantir, não depende de mim. É o que quero deixar aqui bem claro. Quanto à intervenção da D. Filomena, ninguém lhes tirou a oportunidade de trabalhar, apesar de terem dívidas para com o município. Também quero deixar um alerta que está previsto no edital, quem concorrer para um espaço público para venda não pode ter dívidas ao município, à autoridade tributária e à segurança social. Para mim faz todo o sentido, está previsto, não posso garantir que vai constar no edital, mas quero desde já levantar este alerta, porque algumas pessoas têm dívidas, não estou a dizer que têm de regularizar, mas têm fazer um pedido de pagamento em prestações que irá à câmara, tem sido sempre aceite, portanto é uma questão de tratarem da situação.”-----

Joaquim Pereira: “Estive a ler o regulamento com alguma atenção e a minha dúvida é que não vejo lá mencionado artistas, não sei se estão englobados nos vendedores ambulantes.”-----

Rosa Almeida: “A minha dúvida é, sou vendedora ambulante, sou artesã, apesar de sermos todos englobados na mesma situação. A minha pergunta é, visto que estou na avenida vinte e cinco de abril, se a avenida vinte e cinco de abril vai ter lugares a pensar nos artesões e se vai haver possibilidade de concorrer a um lugar de artesão, mas na avenida vinte e cinco de abril, se isso é possível?”-----

Cláudia Vieira: “Preocupa-me um pouco o gasto da água e reparamos que hoje durante o dia todo, desde as nove da manhã, na rua do Toy70 está água a correr pela estrada,



até agora que viemos para cá. Não sei se é possível fazer alguma coisa, mas acho que acaba por ser um desperdício.”-----

Mónica Guerreiro: “Tenho uma loja na baixa e o ano passado fui multada, com a licença tirada. Este ano optei por pedir para ir lá a fiscalização tirar as medidas, já que o ano passado fui multada, tirei a licença e paguei e disseram que eu não tinha pago. Este ano optei pela fiscalização ir lá. A fiscalização não foi lá, além de eu ter um metro e meio tiraram-me meio metro, fiquei com um metro. Se eu tirasse a licença e pagasse logo na hora e não pedisse que a fiscalização fosse lá à loja, eu teria um metro e meio, pagando logo, assim como pedi que os fiscais fossem lá, para não haver mais chatices e pedi mais um bocadinho, fiquei só com um metro em vez de um metro e meio. Se chegar à câmara pedir dois metros e pagar logo eu tenho, assim como pedi, mas queria que a fiscalização fosse lá, tiraram-me. O meu vizinho da frente tem dois metros e eu tenho um metro. Ainda não foi lá ninguém medir, mas recebi uma carta do senhor vereador a dizer que aquela rua é com um metro. Se é de um metro para mim, também tem de ser de um metro para o outro. Não é uns beneficiarem e outros não. Já pensei tirar outra vez a licença, mas no computador aparece que já tenho a licença, o ano passado tirei e paguei uma multa. Não paguei porque vim falar com o presidente, e fiz uma carta. Só tive a resposta este ano, porque falei com o senhor vereador e ele deu-me a resposta, passados oito meses. Eu queria um metro e meio, porque já estou lá há tanto tempo. O meu vizinho tem dois, e eu também quero, igualdade para todos. Acho que devia mandar lá alguém medir, medir o meu vizinho, medir a mim, medir a todos.”-----

Luisa Veiga: “Tenho uma loja e também me foi retirado espaço e gostaria de saber porque é que nós não podemos ter o nosso espaço, que sempre tivemos, sempre nos foi dado e foi retirado. E porquê que os bares têm tanto espaço, mais do que é normal, fazem tanto barulho, estão em ruas muito estreitas, já têm espaço para o lado da avenida vinte e cinco de abril e têm espaço para o lado da rua dos bares. Aquilo é uma barulheira, é insuportável andar lá. E aquele jardim, muito sinceramente, aquilo não é um jardim, aquilo são pedras, mas tem para lá os hippies que vão para lá brincar com os cães. Quer dizer, o nosso meio metro a mais, que somos multados, faz diferença aos senhores vereadores e à polícia municipal. Mas o espaço que os hippies ocupam, vivem ali dia e noite, fazem porcarias, utilizam as casas de banho e é a maior porcarias, ninguém se dirige lá. Houve umas trocas de bancas e houve alguém que se lembrou de ir fazer queixa, vai lá a polícia municipal imediatamente e ir ver os distúrbios que há lá



ninguém toma atenção. Estão, penso eu, a querer fazer como a Oura, a zona antiga de Albufeira e acho que isso é muito mau para o turismo, porque houve uma pessoa que me disse que era triste porque quando foi a um sítio ouviu falar mal de Albufeira, porque havia muitas lojas dos chineses. Sou trabalhadora para o turismo, desde mil novecentos e setenta, tanto no hotel, como na lojinha que era dos meus pais, desde a mesma data, os turistas queixam-se do barulho. Como é que nós deixamos fazer daquele jardim a desgraça que está. E como é que há só bares em Albufeira? Gostava de perguntar se realmente nós temos de desistir das nossas lojas, temos empregados efetivos, cada vez me vão diminuindo o espaço, vou ter de alugar a um chinês, com certeza, porque o chinês é que dá mais dinheiro. Qual é a solução que a câmara tem? Não podemos ter sombreiros, o jardim é um calor insuportável, meteram aquelas pedras que é quente de verão e frio de inverno. Não podemos ter um toldo, não podemos ter sombreiros, afinal o que é que nós podemos? Gostava de saber se nós que temos lojas temos de ir pedir uma banca, porque assim não temos despesas com segurança social, não temos despesas de nada."-----

Domingos Coelho: "Depois desta apropriação do espaço público pelos privados, uma pergunta, ainda restará espaço público para o público?"-----

Olimpia Sousa: "Às vezes há estas guerras de alguns quererem dizer que os vendedores tiram. Ninguém tira nada a ninguém, há espaço para todos, toda a gente paga a segurança social e às finanças, o espaço da rua onde a D. Mónica tem a loja realmente aquilo é uma vergonha porque o toldo da D. Mónica bate com o toldo do vizinho. Se houver um acidente, um incêndio, ninguém consegue entrar naquela rua, é impossível. Não estou a dizer isto por maldade, estou a pensar que se acontecer uma desgraça, não estou a falar contra ninguém. Sei que há muitas lojas dos chineses, que também estão mal, mas naquela rua, realmente tem de haver uma regra, porque aquilo não se admite. Se tiver um deficiente não passa entre aquelas duas lojas, está à vista de qualquer pessoa. Vimos aqui para tentar resolver o problema de todos, não é a falar mal uns dos outros que resolvemos os problemas. Pagar a segurança social toda a gente paga, mas porque é que os vendedores são sempre aqueles que são os filhos da mãe, desculpem a expressão, são sempre o parente pobre de Albufeira. Nós também fazemos parte da história de Albufeira, muita gente vem à nossa procura."-----

Leonel Rodrigues: "Trabalho na baixa e há dois dias começou aparecer deficientes nas escadas rolantes, aquilo é uma coisa que mete aflição. Os estrangeiros a passarem e



eles deitados no chão, a pedirem dinheiro, a fazerem figuras tristes. Há três anos seguidos tem sido uma miséria, chega uma carrinha lá em cima, descarrega-os e vai-se embora, e eles metem-se todos ali nas escadas deitados no chão com animais com tudo, é só."-----

Munícipe não identificado: Eu sou um tipo que estou a fazer rir há vinte e seis anos, os portugueses de si próprios, sou caricaturista. Em primeiro lugar, quero felicitar ao senhor vereador o enorme esforço que tem tido em organizar os espaços de vendedores e artistas. Não é uma tarefa fácil, mas consegui organizar mais ou menos, ainda há umas coisas para acertar, mas não tenho dúvidas que conseguirá. Mas há umas situações que precisam ser vistas, por exemplo a música super alta em Albufeira, o turismo cada vez mais tem vindo a piorar, é só bêbados. Acho que a única maneira de mudar isto era tentar mudar os tipos de espetáculos, mudávamos o público. Temos vários bêbados a berrar e ninguém diz nada, em tronco nu, isso atrai ainda mais esse tipo de público. Ninguém manda baixar o volume dos bares e assim cada vez mais vai piorar. Tenho ouvido queixas de como está o jardim, há muitas coisas partidas, a situação dos banhos públicos é uma desgraça, estão todos partidos e estão sujos. Penso que isso seja uma coisa fácil de solucionar, não é assim tão caro arranjar aquilo para ficar melhor. Temos visto que o vereador tem feito um esforço para procurar coisas da cultura local, por exemplo pessoas que têm a ver com a terra. Mas por exemplo as músicas dos indianos que não são do Equador, que se ouve desde a rua das camionetas, é intolerável já. É uma desgraça e também é uma situação fácil de resolver, é uma questão de se tomar um pouco de atenção e tentar melhorar isto."-----

Vereador Rogério: "Isto é um problema de todos e todos temos de estar juntos e remar para o mesmo lado e pensar em Albufeira. Respondendo ao senhor Joaquim Pereira, em relação aos artistas, os artistas não estão contemplados no regulamento, mas quando houver o regulamento e quando houver um edital será publicado à semelhança do edital para a venda ambulante, um edital mais ou menos com as mesmas regras, para que haja regras para os nossos artistas. Em relação à D. Rosa, não sei responder se a vinte e cinco de abril vai ter artesãos ou não, neste momento ainda nem sabemos se o regulamento vai ser aprovado, depois ainda vem a segunda fase. Em relação à D. Mónica e D. Luisa, lamento ter de dizer isto outra vez, já fui à sua loja, expliquei-lhe tudo. Existe regulamentos de ocupação de via pública, para comércio, para restauração e bebidas. E continuo a achar que restauração e bebidas têm mais,



mas restauração e bebidas podem ir até oito metros para além da sua fachada e o comércio só pode ir até dois metros. Antes tinham cinco e seis, mas não comento. Eu vou explicar em relação à Mónica, que nem devia ter posto a questão. O ano passado a Mónica licenciou a ocupação de via pública por mera comunicação prévia, significa que chega aqui e entrega um documento e diz quanto é que vai ocupar, paga a taxa e vai embora, mera comunicação prévia. E é responsável pelos atos que cometeu ao assinar a mera comunicação prévia. Este ano pediu, mera comunicação com prazo, evidente que a fiscalização vai ver o que o regulamento diz. Aquela rua tem menos de quatro metros, temos de achar o centro da rua, deixar um metro e meio para passagem pedonal e cada loja de cada lado da rua ocupa o que sobra. Daí sobrar só um metro. A D. Luisa se me apresentar como é que teve licenciamento antes de mais de um metro, vou avaliar, se houve uma justificação para ter mais, com certeza que vai ter os mesmos metros."-----

Presidente da câmara: "Relativamente às pessoas com deficiência que estão nas escadas rolantes, vou mandar ver essa situação e ver se conseguem mete-los noutra sítio. A questão da carrinha a deixá-los lá, parece que é um serviço organizado, o que é muito mau. Essas situações são importantes no sentido que nós não as conhecemos e se ninguém nos diz não podemos fazer nada. Já está registado e vou mandar ver isso amanhã."-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Fernando Cabrita apresenta e lê voto de pesar. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

Francisco Guerreiro: "Quero falar de uma situação no beco Camilo Castelo Branco, houve um levantamento da calçada e há meses e meses que não foi posto. Os contentores do lixo estão sempre cheios e o chão está sempre inundado. Um senhor fez um ofício e não obteve resposta, acho que isso está mal. Queria levantar novamente uma situação em Paderne, há uma rua que liga ao posto da GNR que está fechada há uns dois anos. Acho que é uma vergonha e as pessoas reclamam com alguma razão. Porque se aquilo fosse de um pobre naturalmente já tinha sido resolvido o problema, é o que as pessoas dizem. A mãe da Maria Emília estava lá e foi, de um dia para o outro obrigada a sair de lá, felizmente teve uma solução imediata. Eu só gostava de saber o porquê que aquilo continua fechado. Se aquilo é de uma pessoa rica, não soa bem. As pessoas que querem ir para lá têm que ir dar a volta pela estrada que vai pelo



Caminho do Moinho Novo para ir para o posto da GNR. Outra questão sobre o PDM, levantei esta questão e o que me foi respondido foi que iria ser feita uma reunião em Paderne, essa reunião ainda não se concretizou. E a minha pergunta é; em que situação se encontra o PDM e se é possível fazer uma reunião para que as pessoas digam o que pensam sobre o assunto. Em relação à limpeza dos terrenos, eu estou de acordo que se limpe, queria saber se a câmara municipal tem algum projeto ou se tem intenção de limpar aquela ribeira, porque aquilo é uma vergonha, faz parte da limpeza. Aquela ribeira foi limpa em mil novecentos e noventa e dois, com a participação da Hidráulica e com a participação da junta de freguesia. Só quem lá passa é que vê que aquilo está realmente uma desgraça, aquilo ajuda o fogo, e já houve lá situações. Gostava de saber para poder responder às pessoas que me perguntam."-----

Presidente da Assembleia: "Coloco à consideração da assembleia, uma vez que tivemos um voto de pesar, infelizmente, quando são votos de pesar nem sempre nos chegam em tempo de serem incluídos na ordem de trabalhos. Proponho a deliberação sobre este voto de pesar, porque também se faz o reconhecimento à família de um ente querido, que teve importância para o concelho e é do concelho, se não houver oposição por parte da assembleia municipal, propunha que fosse deliberado este voto de pesar para que depois pudéssemos remeter o teor do texto à família, de nada vale, pouco preenche, mas às vezes mais vale uma palmada de carinho do que uma frase de desprezo. Nesse sentido ponho a votação o voto de pesar."-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, secretário da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

Presidente da câmara: "Para responder ao Francisco Guerreiro, tomei nota das questões relacionadas o beco Camilo Castelo Branco. Quanto às questões relacionadas com a rua que vai dar à GNR que está fechada, ela está fechada porque o prédio está



eminentemente em queda, o problema terá que ser resolvido. Não sei exatamente o que foi feito, porque como sabe eu não tinha esses pelouros, não posso saber de tudo o que se passa no concelho. Mas vou verificar o que já foi feito, tendo em conta as notificações que foram feitas, ou não, à proprietária do prédio. Ainda ontem reparei que está com grande probabilidade de queda. Relativamente à reunião que foi dita que iria haver dentro de pouco tempo em Paderne, relativamente ao PDM, não fui eu que disse que iria haver a reunião dentro de pouco tempo, foi o nosso ex-presidente da câmara, Dr. Carlos Silva e Sousa, mas com certeza que essas reuniões, independentemente de serem em Paderne ou noutra localidade, e como o PDM é um documento estratégico, um documento extremamente importante evidentemente que não pode ser apenas discutido nos órgãos municipais, tem de ser sujeito a uma ampla discussão pública, com certeza que essas reuniões irão se realizadas nas várias freguesias do concelho. A seu tempo lá chegaremos. Relativamente às limpezas dos terrenos e da limpeza das linhas de água, convido a vir dar uma volta pelo concelho de Albufeira, nomeadamente aquelas que se mostram mais complexas, foram feitas já bastantes limpezas em linhas de água e outras irão seguir-se, ainda não está tudo limpo mas há muitas que já estão, nomeadamente aqui na zona das Ferreiras, na zona do parque de campismo, na zona do Inatel. Essa provavelmente vai ser a seguir."-----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o presidente da assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da assembleia municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Sobre este ponto gostaria de fazer um comentário e colocar duas questões. O comentário é que a informação não tece nenhuma considerações sobre o planeamento territorial e gestão urbanística e acho que sendo uma atividade fundamental do município poderiam vir algumas considerações nesse domínio. E as duas



perguntas são exatamente relacionadas com essa matéria. A primeira até vai ao encontro com o que o senhor Francisco à pouco colocou, a questão do PDM. Do que me lembro, numa sessão pública de novembro, de dois mil e dezasseis, salvo erro, onde foi feita a consulta pública, foi apresentado um cronograma dos trabalhos, previa-se que os trabalhos terminassem em meados deste verão, salvo erro, junho de dois mil e dezoito. Estamos a chegar a essa data, a pergunta é; qual será o ponto de situação dos trabalhos e se houve alguma re-calendarização dos mesmos? Outra questão, também no domínio do ordenamento, é a questão do plano de urbanização da cidade de Albufeira, neste domínio, também seria interessante perceber o grau de execução desse plano e esse plano pode ser um plano interessante ao nível de dinamização das políticas de habitação social do concelho, porque o plano prevê um conjunto de áreas de construções a custos controlados, ou custos acessíveis, a designação está a mudar. Têm várias OPG's com essa figura e seria interessante perceber como é o grau de execução desse plano, para irmos acompanhando essa questão da habitação, que é uma questão preocupante neste concelho."-----

Francisco Oliveira: "Analisamos a informação do senhor presidente da câmara e vimos realçar novamente esta questão do valor do saldo orçamental. O saldo orçamental, neste momento situa-se em cerca de setenta e quatro milhões de euros, a verdade é que a vinte e nove de março ainda não estava contabilizado o valor que agora em abril terá a ver com o pagamento do IMI e portanto, mais uma vez manifestamos a real necessidade da aplicação destes fundos com um projeto e com um plano médio a longo prazo."-----

Presidente da câmara: "Relativamente à informação do presidente que está presente em todas as reuniões ordinárias da assembleia municipal, quero informar que essa questão não é aqui colocada, mas vou ver o que se pode incluir sobre alguns aspetos relacionados com a questão da gestão urbanística. Relativamente ao ponto da situação do PDM, tenho uma reunião agendada para o fim deste mês para fazer uma avaliação sobre o ponto da situação e estabelecer os trabalhos e ações que irão vir a seguir relativamente a este plano. O mesmo se passa com o plano de urbanização frente mar de Albufeira. Relativamente à questão do saldo orçamental, com certeza que neste momento o saldo ainda é bastante grande, até porque depende da aprovação das contas de gerência do ano económico anterior a utilização do saldo transferido de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito e só posteriormente a isso é que essas verbas



passarão a ser consideradas como definidas e executá-lo a partir dessa altura. Esperemos que agora que o saldo não desça vertiginosamente, sem correr riscos, esperamos que o saldo não seja tão grande de transferência de dois mil e dezoito para dois mil e dezanove."-----

Francisco Oliveira: "Só para lembrar que no ano anterior, por esta altura tínhamos este saldo. Portanto, ele não desceu vertiginosamente, nem desceu, manteve-se. Há aqui uma gestão que mantém estes saldos por valores elevados quando, efetivamente, há inúmeras necessidades no concelho."-----

Presidente da câmara: "O que disse é que neste momento tem de estar assim ainda, porque ainda não está altura, mas está próximo. A próxima revisão orçamental que vem baseado na questão da transferência de saldo do ano económico, nessa altura se verá como é que ele vai funcionar em termos de saldo permanente."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 06-02-2018;-----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Paderne, e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na sessão de 06-02-2018 os membros Cândido Reigado, presidente da junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita e secretário da junta de freguesia da Guia, José Cabanita pelo que não votaram -----



PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório do ano de 2017;-----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público, com publicação no JOUE para fornecimento de energia em BTE e MT edifícios do município de Albufeira;-----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Miguel Pinheiro: "No ponto dezasseis da minuta do anúncio diz que não vão ser usados critérios ambientais, há alguma razão?"-----

Presidente da assembleia: "Para efeitos do concurso apenas. Porque essa questão é uma questão não de fornecimento mas uma questão de produção. Porque não é um critério diferenciador do fornecimento de média e baixa tensão. Será sempre um critério diferenciador para os critérios da produção, que já está previsto a jusante, portanto não precisamos que seja feita aqui."-----

Presidente da câmara: "É isso, é que isto é um acordo de fornecimento e não de produção de nenhuma tecnologia. Não é nenhuma fábrica a produzir esta energia, por isso é que não são usados critérios de natureza ambiental."-----

Miguel Pinheiro: "Mas o fornecimento acaba por ter, basta olhar para uma fatura de luz residencial e está lá escrito quais foram os meios de produção de energia por percentagem."-----

Presidente da câmara: "Em termos de fornecimento não sei se é possível abrir um concurso em que a origem da energia seja de um tipo que nós escolhamos. Até podia ser de origem fotovoltaica, por exemplo. E quem é que nos garante isso, a EDP, ou outro fornecedor de energia, Endesa, Iberdrola, ou outros?"-----

Presidente da assembleia: "Só para referir, daquilo que tenho conhecimento, é que atendendo que é um concurso internacional, as regras são muito específicas. Nós não



podemos colocar um critério que não esteja previsto nas regras internacionais e essa, certamente, terá sido uma das consequências. Porque é, como digo, para estar habilitado a fazer o fornecimento de energia, nós estamos numa cadeia diferente, porque a parte do fornecimento pode ser combinado. O fornecimento quando se compra, compra-se ao mercado, o fornecedor não consegue diferenciar a fonte de energia porque ela é combinada. E depois é complicado em termos de qualificação, na questão da venda porque estaremos a limitar alguém. Um pequeno exemplo, relativo a isto, no concelho temos duas empresas que fazem venda de energia elétrica, se disséssemos que um dos elementos diferenciadores era o critério ambiental, eles compram energia à rede, não conseguem fazer esse controlo, logo estavam impedidos de concorrer aqui. As regras da concorrência têm de ser mais amplas e não na questão do fornecimento mas sim na questão da produção. Essa é a regra que se aplica à produção e não a regra que se aplica ao fornecimento e daí a Câmara Municipal nem sequer pode alterar isto. Isto está também na questão da AMAL, na central de compras, portanto é um concurso idêntico a todas as dezasseis Câmaras Municipais do Algarve."-----

Pedro Coelho: "Essa questão que colocou agora é a questão fundamental, a questão da concorrência e a questão do acordo quadro. A questão que foi colocada é de todo pertinente porque o comprador de energia fornecida pode fazer como critério o critério verde, cem por cento energia renovável. O mix é cem por cento energia renovável e os fornecedores assim o garantem. A questão que se coloca é que não há um conjunto vasto de fornecedores que garantam o mix cem por cento renovável. Por exemplo, a Endesa garante cem por cento de energia renovável, porque tem um grande parque eólico no seu parque energético, mas depois há um conjunto de outras que não o garantem e teríamos a focalizar demasiado e a limitar a concorrência. Essa pode ser uma resposta, porquê? porque o acordado no quadro da AMAL não tem esse critério vincado e por isso abriu a outros fornecedores."-----

Presidente da assembleia: "Porque senão limitávamos, tanto quanto sei a Endensa é a única em Portugal que faz isto a cem por cento. Portanto a concorrência ficava limitada a uma empresa e deixava de haver concorrência."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro.-----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de peças e acessórios para viaturas da marca Volvo, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 12.000,00 + IVA;-----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público com publicação no JOUE para aquisição de serviços de inspeção e manutenção de parques infantis do concelho de Albufeira; -----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação sob proposta da câmara municipal, do inventário do património respeitante ao ano de 2017; -----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Cândido Reigado.-----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação sob proposta da câmara municipal, dos documentos de prestação de contas do município respeitantes ao ano de 2017; -----



O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão, a prestação de contas do município relativamente ao ano de dois mil e dezassete, quero começar por dizer que tratando-se de um documento contabilístico, na sua maior parte, a verdade é que tivemos acesso, porque efetivamente nos foi prestado, ao relatório de certificação legal das contas. De facto este relatório é extenso e emite uma série de reservas, nomeadamente a forma como se contabiliza o IMI, sendo no momento da cobrança ou sendo no momento referente ao período a que respeita e estamos a falar, por exemplo, de valores de diferença que poderiam estar subavaliados em cerca de dezoito milhões de euros. Como toda uma série de reservas de doze pontos, existir divergências entre situações previamente reconhecidas, formas como legalmente estão contabilizadas. Quero aqui referir que não se trata de uma questão que tenha a ver com os técnicos, naturalmente que saberão fazer contas e contabilizaram isto da melhor forma, mas se calhar os critérios não são os melhores. É realmente estas reservas que nos suscitam algumas dúvidas relativamente à forma como o próprio município tem vindo a entender a gestão financeira e a gestão dos recursos do município. Nesse sentido, entende a bancada do Partido Socialista que deverá abster-se relativamente à aprovação das contas, tendo em consideração as próprias reservas e os enfases dados pelo relatório dos oficiais de contas."-----

Presidente da assembleia: "Uma questão de esclarecimento, este documento de prestação de contas é o documento que vai permitir à Câmara Municipal, caso seja aprovado, mexer no dinheiro que está em saldo. Portanto a Câmara Municipal só poderá mexer neste valor, se a prestação de contas for aprovada."-----

Presidente da câmara: "Sobre a questão das reservas do revisor, normalmente os revisores aparecem sempre com esses tipos de reservas. Uns de uma forma, outros de outra, os revisores este ano são diferentes dos do ano passado, porque abriu-se novo concurso. Evidentemente que, essas reservas eles colocam sempre nesses relatórios, não diria que são de carimbo, é uma forma especial de escrever. Qualquer das maneiras pode ser sempre considerado como uma recomendação ou sugestão a melhorar as questões para o próximo ano. Mas entretanto, se no próximo ano os nossos serviços técnicos de contabilidade e gestão financeira utilizarem essas recomendações



no sentido da melhorar, com certeza que irão aparecer outras que para o ROC será umas reservas. É quase impossível haver um relatório de contas que o ROC não tenha algumas reservas sobre algumas coisas. São formas de interpretar determinadas situações, mas de qualquer das maneiras os serviços estarão atentos a isso e com certeza que se vai fazer o esforço, no sentido de seguir essas mesmas recomendações.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: doze (12) Francisco Oliveira, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Roberto Raposo, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: uma (01): Fernando Gregório. -----

Votos a favor: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, José Sequeira e presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação da moção apresentada pela bancada da CDU acerca da situação dos CTT; -----

O presidente da assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Cândido Reigado apresentou e leu moção. Doc. n.º 2 anexo a esta ata)-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta moção da CDU, nós vamos votar favoravelmente, estamos de acordo com quase totalidade, a única coisa que vamos fazer referência é que não nos parece que, neste caso o Partido Socialista, esteja a ter alguma cumplicidade. A verdade é que o Partido Socialista é acusado de fazer uma série de reversões, se calhar a CDU gostaria que fossem feitas muito mais, e é acusado pelo PSD, mas há uma coisa que é certa, o Partido Socialista não pode reverter nem alterar todos os males que foram praticados pelo governo anterior.



Nesse sentido fará aquilo que é possível fazer, na perspectiva que é possível fazer, por isso mesmo votaremos favoravelmente.”-----

Adriano Ferrão: “A bancada do PSD mostra-se favorável com a intenção manifesta neste documento, para servir melhor as populações, estar mais perto delas, neste tipo de serviços. Claro que pode e deve repudiar este tipo de linguagem que é colocado aqui e que é sempre alusiva e sempre um disco repetido a culpabilizar os governos que passaram por este país, inclusivamente o atual e que faz com que a bancada do PS tome este tipo de posição. Por isso iremos abstermo-nos.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: doze (12) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, José Sequeira e presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, -----

Votos a favor: treze (13): Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Roberto Raposo, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Helena Simões apresentou e leu declaração de voto. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata)-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação da recomendação apresentada pelo PAN, para a criação de uma comissão para a elaboração de um regulamento municipal de saúde, proteção e bem-estar animal;-----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Vera Belchior: “A apresentação desta recomendação pelo PAN, prende-se pelo fato da legislação em vigor, que nenhum animal deve ser detido como animal de companhia se não estiverem assegurados todos os parâmetros de bem-estar. Fato é que são inúmeras as situações de animais que embora residam com respetivos detentores, são mantidos e encerrados em espaços exíguos não adequados às suas necessidades fisiológicas e etológicas, sem que as autoridades fiscalizadoras tenham meios ou



formação adequada para fazer cumprir as normas legais aplicáveis. Importa por isso disciplinar alguns aspetos de identificação, posse e detenção, circulação na via pública e alojamento de animais no município de Albufeira, a par da execução das respetivas medidas de profilaxia médica e sanitária, que reforcem assim a proteção, a saúde e o bem-estar dos animais que partilham connosco a sua vivência no concelho. Do mesmo modo, torna-se necessário regulamentar a segurança de pessoas, animais e bens relativamente aos animais que deambulam na via pública, que são muitos no concelho de Albufeira. Deste modo o PAN propõe a esta assembleia municipal que delibere recomendar à câmara municipal de Albufeira a criação de uma comissão de trabalho multidisciplinar que tenha por missão criar o regulamento municipal de saúde, proteção e bem-estar animal do município de Albufeira e que o município assuma o compromisso de até ao final de dois mil de dezoito, possuir o regulamento municipal em vigor."-----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Cândido Reigado.-----

Ausências: uma (01) Ana Cristina Oliveira. -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos onze e treze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de alteração do regulamento municipal de ruído ambiental; -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação do relatório da comissão de análise sobre o regulamento de ruído ambiental do município de Albufeira e respetiva proposta de recomendação; -----



O presidente da assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Francisco Oliveira: "Relativamente as estas questões relacionadas com os regulamentos, nós temos uma comissão que já vem do anterior mandato, que reuniu e deliberou apresentar uma proposta de alteração. É nosso entendimento e sei que é entendimento contrário do senhor presidente, que os regulamentos, mesmo aqueles que vão a consulta pública podem, eventualmente, ser alterados por esta assembleia municipal. No entanto, não vamos levantar essa questão, pedimos efetivamente para haver a discussão dos pontos levantados pela comissão, até porque fizemos parte da comissão e concordamos com este clausulado, mas entendíamos que, de fato, poderia ser uma solução avançar já com essas propostas. Não o sendo, e uma vez que realmente a comissão avança com estas indicações, aprovar-se uma vez que estamos a discutir os dois pontos em conjunto, aprovar-se o regulamento e o mais rápido possível, se assim o entenderem, fazer então a inclusão destes poucos pontos que estão aqui relativamente ao regulamento municipal do ruído ambiental."-----

Presidente da assembleia: "De fato levantava-se aqui a questão de saber se deveríamos discutir em primeiro lugar o relatório da comissão ou o regulamento. Entendi, por uma questão de lógica, que em primeiro lugar se deve aprovar o regulamento e depois pedir as alterações ao regulamento. Porque, caso fossem admitidas alterações ao regulamento, e o regulamento tem uma regra muito própria, que é aprovação ou não da deliberação executivo do texto de redação e depois passa a discussão pública. Serve essa discussão pública para dar conhecimento à população de que existe a discussão de um determinado assunto, para que possa propor as alterações que entendam para que a Câmara Municipal possa sobre elas se pronunciar. Se nós alteramos, não houve discussão pública, sobre as propostas que vêm da Assembleia Municipal, até porque aqui neste caso concreto, destes três regulamentos não houve uma única intervenção de nenhum membro da Assembleia Municipal relativamente ao teor dessa discussão pública. Portanto, na minha opinião, estaríamos a desvirtuar um procedimento muito próprio, em detrimento daquilo que é o papel fundamental da Assembleia Municipal, que é deliberar sobre um documento que vem da Câmara Municipal e que, se a Câmara decide não o alterar teríamos que votar em alternativa, ou seja, o documento que viria da Câmara Municipal com discussão pública



e depois o documento que vem com a alteração dos membros da Assembleia Municipal que não foi objeto de discussão pública sobre isto. Choca-me que a Assembleia Municipal tenha poderes para alterar uma coisa que o público não teve oportunidade de intervenção. Só para colmatar a intervenção do Dr.º Francisco Oliveira relativamente a esta questão, são opiniões diferentes, também faz parte e só isto é que enriquece o debate que nos trás cá. Uma coisa é certa, os Membros da Assembleia poderão deliberar nos termos que entenderem. A Câmara Municipal, e se o Presidente decidir alterar a proposta, nós incluímos na proposta e o ónus já não recai sobre a Assembleia Municipal, cai sobre o executivo de propor um documento alterado. Não estamos aqui a fiscalizar a questão da publicação, estamos apenas no âmbito dos nossos poderes, daí ter proposto a discussão em conjunto dos dois documentos, para que seja mais fácil o entendimento, mas a deliberação, obviamente, será em separado e será em primeiro o regulamento."-----

Francisco Oliveira: "Acho que o fato de ter havido um relatório, uma comissão em que todas as forças políticas participaram, é demonstrativo que esta assembleia está realmente de acordo com essas alterações, que neste caso até são mínimas. A minha questão era talharmos caminho, portanto evitarmos, efetivamente essa questão. Não ponho em causa e não é por isso que o regulamento não será aprovado. Era no fundo para haver alguma economia processual, por assim dizer."-----

Presidente da assembleia: "Não conseguimos, pelo motivo que em momento algum, nestes relatórios, vêm propostas de redação, vêm orientações. Os relatórios são orientações e que se propõem orientações amplas para aquilo que devem ser as alterações ao regulamento. Para termos uma proposta de alteração teríamos de dizer que *o artigo quinto passe a ser*. E temos propostas em que se diz que não deve ser o artigo atual, que deve ser o artigo anterior. Nem sequer é uma proposta de alteração, é uma proposta de revogação de um ato futuro. Uma questão de economia processual é efetivamente nós termos um documento e depois propormos à câmara municipal redações concretas relativamente ao que vier a ser objeto dessa alteração. Recordo que os relatórios das comissões foram unânimes."-----

Pedro Coelho: "É uma questão genérica, o funcionamento das comissões. Essa questão poderia ser mais clara quanto ao funcionamento da comissão, não no caso que vamos discutir a seguir, que há considerações mais abrangentes, mas nestas, pelo que estou a ler, são considerações até mais concretas, em dois ou três pontos. Se as comissões



tivessem essa indicação clara, que podiam propor redações alternativas, onde se lê passa-se a ler, e fizessem uma redação, quando são questões cirúrgicas essa questão podia entrar num processo de economia processual, porque o que se podia fazer era a assembleia devolver ao executivo essa proposta clara de redação e essa proposta era sujeita a consulta pública e voltava à assembleia para aprovar a redação final. Esse entendimento é o entendimento que a Fernanda Paula Oliveira tem no livro de doutrina sobre regulamentos municipais. Era possível o fazer, tínhamos era de ter uma redação concreta."-----

Presidente da assembleia: "A minha posição vai precisamente no sentido do estudo que acabou de referir. Ou seja, nós não temos poder de alteração, temos poderes de recomendação e devolver. Todos os grupos políticos tiveram representação em todas as comissões, eu não presidi a nenhuma comissão, esta comissão foi presidida pela Dr.ª Eugénia que presidiu à do ruído e à dos horários. A Emília presidiu à da ocupação da via pública. A comissão é livre para trabalhar, porque a comissão não trabalha na dependência da da Mesa da Assembleia Municipal e os Membros da comissão decidiram trabalhar nos termos em que entenderam trabalhar e trazer o relatório. Nós aqui ou confiamos que a comissão faz o seu trabalho ou começamos nós, Assembleia Municipal, a misturarmo-nos com o trabalho das comissões. A comissão não tem de ser orientada para determinado sentido, são autónomas para reproduzirem o seu relatório."-----

Francisco Oliveira: "As comissões estão a reunir pela primeira vez e portanto os membros não têm se calhar algum conhecimento, e todos nós com a experiência vamos adquirindo. Havendo definições ou critérios poderá ser importante para se saber até como se redige o relatório. É mais a questão da experiência, se calhar com estes relatórios os participantes das comissões vão aprender que para no futuro poderão ser mais incisivos relativamente a uma situação ou outra. Apesar da posição da professora Fernanda eu entendo, realmente, de forma contrária, até porque a lei, efetivamente, não distingue e é uma questão de interpretação."-----

Presidente da assembleia: "Estamos quase de acordo. Porque se a lei não distingue é porque achou que não havia necessidade de distinguir precisamente porque não era necessário permitir. Temos uma interpretação diferente daquilo que devem ser as comissões. As comissões devem fazer o seu trabalho político em casa e trazer o trabalho técnico para dentro da comissão. Não cabe a quem presidir a comissão fazer uma orientação em determinado sentido, porque acho que assim perde-se o espírito da



comissão. Todos os grupos estão representados nas comissões e se há unanimidade de entre os que estão lá dentro, acho que têm todas capacidades para lá estarem, porque estamos aqui todos de pleno direito, portanto, nós estarmos a dizer que a comissão deve agir de determinada maneira, acho que deve caber esse trabalho aos presidentes das comissões e aos membros que integram essas comissões. A Assembleia Municipal vai analisar o relatório, mas não faz um juízo prévio ao que é o trabalho da comissão. Acho que isso cabe aos grupos fazerem isso."-----

Francisco Oliveira: "Mas foi o presidente que fez um juízo prévio, que veio dizer que não haviam propostas efetivas. Foi nesse sentido."-----

Presidente da assembleia: "Isso não é um juízo, é um facto. A diferença entre o juízo e o facto é que o juízo parte de uma premissa pessoal e o facto é um facto conhecido."---
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO ONZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO TREZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



O Presidente da assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos doze e catorze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do projeto de regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Albufeira; -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação do relatório da comissão de análise sobre o projeto de regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Albufeira e respetiva proposta de recomendação;-----

O presidente da assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Francisco Oliveira: "Só para referir que, fazendo nós parte da comissão e tendo aprovado, naturalmente que não teria lógica não aprovarmos quer o projeto quer o próprio regulamento. A questão é de metodologia."-----

Presidente da assembleia: "Sim, todos os grupos estiveram presentes, mas nem todos os membros tiveram. Os membros poderiam ter uma opinião, ou umas outras recomendações adicionais, que também o podem fazer."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DOZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO CATORZE:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos quinze e dezasseis e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento das atividades de comércio a retalho e restauração e bebidas não sedentários do município de Albufeira;-----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação do relatório da comissão de análise sobre o regulamento de atividades de comércio a retalho e restauração e bebidas não sedentários e respetiva proposta de recomendação;-----

O presidente da assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Pedro Coelho: "Complementado a intervenção que fiz à pouco e por ter participado neste grupo de trabalho, a dificuldade metodológica da proposta para tornar uma proposta mais eficaz do ponto de vista processual aqui existiu claramente. A discussão que ouvimos aqui do público foi sintomática quanto aos problemas que o regulamento tinha, nomeadamente a questão dos critérios, a questão dos anos. O regulamento não refere nada sobre anos, quanto à localização das bancas da venda ambulante, ou os corredores de circulação, de emergência, como também se focou na discussão do público, ou a questão do usufruto do espaço público por via de ocupação privada também é limitado no regulamento. Algumas destas questões que foram discutidas aqui pelo público, o regulamento é bastante omissivo, para não dizer que é omissivo totalmente. Estas questões deviam ser abordadas em vários momentos do regulamento e num deles com a própria norma habilitante que o coloca como sendo o objeto de regulamento, que é as condições de ocupação do espaço e regras do exercício. É isso que o regulamento



tem de se debruçar. É no conteúdo dessa norma habilitante que o regulamento é muito fraco, muito débil. Por isso a dificuldade, neste caso era clara, em propor uma redação alternativa ao regulamento, era inexecutável. O que se podia fazer era um conjunto de considerações, sugestões ou de factos, comprovação que existia falta de informação. Pelo menos da minha parte foi isso que fiz e estou disponível para continuar a discutir para que se consiga melhorar esta proposta regulamentar.”-----

Adriano Ferrão: “Eu diria que aqui estamos em sintonia, achamos que há algumas dificuldades no regulamento atual, mas é um regulamento com uma base regulável e por aí foram feitas as considerações finais desta comissão, nesse mesmo sentido construtivo. Também com a consciência de que os timings, porque o verão está aí à porta, era necessário que tivéssemos com todos os instrumentos necessários para que se conseguisse trabalhar este ano, já que o trabalho de remodelação e alteração de um regulamento deste teor é um trabalho demorado, que requer cuidados e com certeza, não seria executável para que fosse colocado ainda em funcionamento, um regulamento que cobrisse nessa tal abrangência pretendida ainda para este ano. Assim, ficou a recomendação de se trabalhar nesse sentido, para que proximamente se consiga por um regulamento desse género em pé e que o edital cubra as necessidades para que funcione e se coloque na prática, dentro das possibilidades que sejam vistas e repensadas pela própria vereação.”-----

Francisco Oliveira: “Queria realçar aqui o seguinte que, quando foi constituída esta comissão, na altura os membros do PSD surgiram dizendo que estávamos a atrasar, que levantaríamos problemas, que se o regulamento não fosse aprovado seríamos os responsáveis e levantaríamos esse problema. Aliás, isso tem sido dito às pessoas, que o PS tem vindo a dificultar ou a levantar problemas e esta própria comissão vem revelar o contrário. Vem revelar que existem enormes carências no referido regulamento, que essas carências são fundamentais serem colmatadas e portanto esta comissão veio efetivamente apurar aquilo que nós sempre dizíamos. Naturalmente, e porque entendemos que não é essa a perspetiva, para já estamos em consonância com aquilo que é a comissão que o nosso membro da comissão defendeu. Naturalmente iremos apresentar o regulamento, mas sempre com esta ressalva, de que de facto, o mesmo é coxo, tem algumas dificuldades, tem muitas carências e necessita de ser o mais rapidamente possível preenchido por aquilo que são as referências que aqui falaram.”--



Adriano Ferrão: "Acho engraçado o interesse em dividendos políticos nesta situação, dado que a comissão trabalhou com elementos de todos os partidos. Não quer dizer isso, contudo que, ao acharmos que este regulamento pode ser regulamentado, pode ser melhorado, nós, bancada do PSD pense que o PS é sempre um obstáculo ao exercício democrático deste órgão. Não o é, com certeza e sabemos destrinçar que quando é e quando não é. Quando é dizemos que é, quando não é não quer dizer que o Partido Socialista possa beneficiar de uma generalização para tirar alguns dividendos políticos, não me parece muito correto."-----

Francisco Oliveira: "Eu não estou a generalizar, estou a falar no caso concreto e neste caso concreto, o senhor vereador na comissão fez referência a esta situação, dizendo que se o Partido Socialista não colaborasse e não apresentasse e não votasse era o responsável pela não aprovação do regulamento. Mas o senhor vereador sabe muito bem, até porque há um ano atrás votou contra este regulamento, e agora vota a favor, portanto tem conhecimento desta situação."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO QUINZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Cândido Reigado.-----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO DEZASSEIS:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Cândido Reigado.-----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de



Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público com publicação no JOUE para o aluguer de máquinas e viaturas com operador ou condutor, até ao limite de € 250.000,00, acrescido do IVA;-----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Cândido Reigado: "A CDU vai votar favoravelmente, mas queria perguntar se algumas destas máquinas se destinam à conclusão das obras que andam há tanto tempo em frente à GNR, que vai até ao terminal das camionetas."-----

Presidente da câmara: "Relativamente a essa questão, a resposta é negativa, uma vez que aquela obra tem uma empreitada própria, não pode ser agora com aluguer de máquinas. Aquela obra tem demorado algum tempo dada a dificuldade que a obra em si tem, que quando há canalizações é sempre algo demorado. Depois é a profundidade que tinha, e foi o tempo que teve durante alguns dias, durante o mês de março e abril, chuvas. Neste momento estamos em fase de colocação de passeios, a pavimentação, penso que agora andarás mais rápido. O aluguer de máquinas é para, por exemplo, limpeza de linhas de água, situações que vão aparecendo esporadicamente e que é preciso atacar, não é uma coisa permanente. Por isso o aluguer de máquinas é feito nesse sentido e com esse objetivo. "-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Candidatura ao Aviso ALG-03-2017-08 - Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local;-----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Algumas questões que levantei sobre este ponto tem a ver com o seguinte, o primeiro documento de suporte falava de um valor de um milhão novecentos e dezassete mil novecentos e sessenta e oito e depois o segundo documento já falava no valor de dois milhões cento e doze. Não é relevante, tendo em consideração os montantes que aqui estão em causa, mas já agora perguntava a razão pela qual houve esta discrepância. É que nos foi mandado um primeiro documento e nesse documento o valor era um milhão novecentos e dezassete mil e depois foi mandado um segundo documento de suporte já com dois milhões cento e doze mil."-----

Presidente da câmara: "O valor certo é de dois milhões cento e doze, houve um engano numa parcela e estaria aí a diferença desses dois valores."-----

Francisco Oliveira: "Já agora, tendo em consideração de que isto não é mais do que uma ótima tentativa de poupar na energia elétrica, eu pergunto se o presidente tem, porque penso que ainda tem o pelouro das contas e do financiamento, quanto é que a câmara municipal gasta por mês ou por ano, em energia elétrica? E quanto é que, eventualmente, isto poderia poupar?"-----

Presidente da câmara: "Quanto gasta por mês não tenho aqui presente, mas posso depois comunicar. Relativamente à poupança, evidentemente que isto é difícil, os técnicos não fizeram essa projeção, mas há outras medidas, nomeadamente a questão da colocação de tecnologia led nas ruas. Já temos colocados uns mil e tal luminárias estando previstas mais duas mil e tal dentro de pouco tempo. O concurso está agora em fase de adjudicação, são setecentos e cinquenta mil euros, à volta de duas mil e quinhentas luminárias. A EDP, por sua vez já está a colocar, dizem os técnicos, uma experiência feita a meu pedido na rua do Farmolino, foram colocadas onze luminárias e foi feita uma comparação entre aquilo que se gastava lá normalmente e depois com a tecnologia led colocadas prevê-se uma redução à volta dos quarenta e tal por cento de redução de energia. Não quer dizer que isso seja permanente, algumas marcas até apontam para sessenta e tal por cento, mas isso também é o marketing. No próximo



ano é que com esta quantidade de tecnologia led que já temos na iluminação pública é que vamos ver qual é realmente a redução. Relativamente a estes aspetos que estão aqui, isto é para eficiência energética, no sentido de alterar alguns materiais que não têm a ver com a energia propriamente dita, mas fazem com que haja um gasto, nomeadamente vidros, materiais que está aqui descrito onde é a intervenção. Não sei precisar qual o valor de redução prevista para estas alterações."-----

Francisco Oliveira: "Perguntei ao senhor presidente se tinha noção do valor mensal ou anual porque acredito, muito honestamente, que este valor dos dois milhões será retornado em três ou quatro anos. Não tenho noção do valor absoluto do que se gasta em energia elétrica, mas acredito que o retorno destes dois milhões é relativamente rápido."-----

Presidente da câmara: "É relativamente rápido, quatro anos, penso eu."-----

Presidente da assembleia: "Mas a câmara não gasta dois milhões, a câmara tem uma série de critérios que pode chegar quase aos setenta por cento a fundo perdido. O programa prevê que haja uma redução mínima de trinta por cento em relação ao existente. Aquilo que estamos a falar é que a Câmara Municipal vai poupar, pelo menos, trinta por cento em termos de consumo, mas fará um investimento de dois milhões com um gasto efetivo de cerca de quinhentos mil euros, mais coisa menos coisa."-----

Presidente da câmara: "Por isso é que se fala na recuperação do investimento."-----

Presidente da assembleia: "Os quinhentos mil euros é que são efetivos, porque o resto é a fundo perdido. Porque senão dá a sensação que estamos a gastar dois milhões e cem, que é a candidatura e depois tem aqui os critérios de majoração do investimento."-----

Francisco Oliveira: "Mesmo que se colocasse o valor absoluto, não tenho dúvida que a recuperação seria relativamente breve."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar



Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação da moção apresentada pela CDU sobre o 44.º aniversário da Revolução de Abril;-----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado apresenta e lê moção. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata)-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Eugénia Baptista -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO VINTE

Apreciação e deliberação da saudação apresentada pela CDU ao 1.º de Maio, dia internacional do trabalhador; -----

O presidente da assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado apresenta e lê saudação. (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da assembleia, o presidente da assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presidente da junta de freguesia de Paderne, presidente da Junta de Freguesia da Guia e presidente da junta de freguesia de Ferreiras.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o presidente da assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:10 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 23 de abril de 2018 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____



VOTO DE PESAR

No passado dia 25 de Março, um Domingo à noite, aos 71 anos, faleceu em Lisboa (para onde fora viver aos 16), Manuel Reis, conhecido empresário da noite lisboeta, como foi noticiado em quase toda a imprensa diária e nos semanários. O jornal "I" consagrou-lhe 10 páginas. Nasceu na freguesia da Guia, deste concelho.

Manuel Reis iniciou a sua vida profissional como comissário de terra na TAP, mas logo se estabeleceu no Bairro Alto, com uma pequena loja de antiguidades, "A Loja da Atalaia", actividade para a qual sentiu vocação e se veio a revelar um profundo "connoisseur". Mas foi com a abertura do "bar Frágil", em 1982 no mesmo Bairro Alto (anos 80 e 90) que veio a tornar-se reconhecido, bem como no Lux Frágil, na Av. Infante D. Henrique, a Stª. Apolónia, que veio dar continuidade ao primeiro.

O "Frágil" e o pósterior "Lux Frágil" sempre, desde o início, tiveram especiais características, pelo bom gosto da sua decoração, pela diversidade dos seus frequentadores e incidência das actividades destes, no ambiente especial que se veio a criar. À semelhança do que sucedeu em Madrid, os seus "habitués" eram músicos, cantores, actores de teatro e de cinema, diplomatas, políticos, escritores, jornalistas, artistas plásticos, arquitectos, escultores e pintores de renome.

Foi o início da movida lisboeta e esses estabelecimentos tornaram-se locais de troca de ideias, impressões e pontos de vista, sobretudo geradores de "*um movimento artístico e intelectual que fez mudar as coisas em Portugal*", como referiu Clara Ferreira Alves na revista do semanário "Expresso" de 30/03/2018. Eram mais que simples locais de lazer, divertimento ou de boa música com conhecidos DJ's, antes locais de convívio, geradores de saudável discussão inter-geracional, de intercâmbio de ideias e modos de vida, de tolerância e de enriquecimento cultural. Foram pois alfobres de cultura e um movimento artístico e intelectual. Foi a base de partida da nossa movida lisboeta.



À frente desses estabelecimentos sempre o Manuel Reis tentou concretizar os seus sonhos, ganhando não só o reconhecimento da sua vasta e qualificada clientela, bem como o dos sectores da população, onde ela se inseria.

Manuel Reis era de uma simpatia enorme, embora de grande humildade (sempre se recusou a dar entrevistas), mas sempre se rodeou de pessoas que o estimavam e reconheciam os seus méritos, nomeadamente o caso do famoso actor americano John Malkovich que a ele se associou no restaurante "Pap'Açorda", hoje no Mercado da Ribeira ao Cais do Sodré, tendo ainda aberto o "Bica do Sapato", não longe dali.

No início do corrente ano o Manuel Reis foi convidado pelo Presidente do Centro Cultural de Belém, Elísio Summavielle, para organizar as comemorações dos 25 anos da sua inauguração, o que a doença, que culminou com a morte, já não deixou concretizar.

Manuel Reis nasceu na freguesia da Guia e viveu durante a sua adolescência no lugar do Vale da Ursa, mas realizou-se como empresário de sucesso em Lisboa, Albufeira (e a Guia), destino turístico de eleição e cidade procurada por celebridades nacionais e internacionais, deve orgulhar-se do sucesso de um dos seus filhos. Uns escolhem a cidade, não só como destino turístico, mas também como centro para os seus investimentos, outros, aqui tendo nascido, numa altura em que a cidade ainda não antevia a sua liderança no sector, procuram o seu futuro noutras paragens, onde vêm a alcançar esse sucesso e obtendo aí reconhecimento, o que também é de louvar.

Albufeira deve lamentar o desaparecimento de um dos seus filhos, associando-se à sua perda e, por outro lado, deve associar-se às homenagens de que o mesmo venha a ser alvo na capital do País.

O mínimo que o Município de Albufeira (e a freguesia da Guia) poderão fazer em sua homenagem é atribuir o seu nome a uma das suas artérias ou bens de equipamento cultural.

*O Conselho Paroquial da Freguesia da Guia
reúne-se em sessão ordinária em 23 de Abril de 2018*

Emenda: Clara Fernandes Alves

Ass. Municipal de Albufeira



CDU

CDU - Coligação Democrática Unitária - PSD-IPV



PELA DEFESA DO SERVIÇO POSTAL, SITUAÇÃO DOS CTT

É hoje uma enorme preocupação de todos os portugueses a situação de má qualidade do serviço prestado pelos CTT, desde a sua privatização, preparada ao longo de anos e concretizada pelo Governo do PSD/CDS-PP, tal decisão constitui-o um afrontamento aos direitos dos trabalhadores e das populações e um crime contra os interesses Nacionais.

Uma empresa lucrativa para o Estado, que assegurava a presença em todo o território nacional e a prestação do serviço público postal e universal, está hoje a ser destruída com a degradação dos serviços prestado às populações, a venda de património, o ataque aos direitos dos trabalhadores, despedimentos e encerramento de balções

A gravidade dos prejuízos causados às populações, por esta situação já é de tal ordem, que a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da Assembleia da República solicitou à Associação Nacional dos Municípios Portugueses ANMP uma pronúncia escrita sobre o assunto.

Na resposta da ANMP, destaca-se, nomeadamente, que "a ANMP manifesta a sua mais profunda preocupação com a situação atual de prestação do serviço público postal pelos CTT" e acrescenta "... verifica-se a degradação da sua qualidade, e as anunciadas medidas de reestruturação envolvem o despedimento de trabalhadores e o encerramento de estações dos CTT...", afirmando que "Não é possível garantir-se uma qualidade de serviço adequada com reduções de trabalhadores e de estações dos CTT."

No Algarve, concretamente em Loulé, uma das estações ali existentes foi uma das 22 que a Administração dos CTT decidiu encerrar por agora. Mas seria uma ilusão pensar que estes encerramentos vão ficar por aqui, os sinais são por demais evidentes

Por detrás destas decisões que degradam e extinguem serviços públicos está a pressão que é exercida pelos acionistas para distribuir de ano para ano cada vez mais dividendos, mesmo que seja à custa das reservas ou do indevidamente da empresa, como aconteceu em 2017

Perante estes factos ignorar e não agir, pode assemelhar-se a cumplicidade com a administração da empresa. Como está a fazer o Governo PS. É preciso por fim a este rumo de desastre que prejudica as populações e o país

Além disso, a Lei Postal assegura "... a existência e a prestação do serviço universal, o qual consiste na oferta de serviços postais com qualidade específica, disponível de forma permanente em todo o território nacional, a



preços acessíveis a todos os utilizadores, visando as necessidades de comunicação da população e das atividades económicas e sociais." e determina que " As condições de prestação do serviço universal devam ser reavaliadas a cada cinco anos pelo Governo..."

Face à consciência da urgência em atuar contra o prosseguimento da degradação do serviço postal de responsabilidade dos CTT, a Assembleia Municipal não pode ficar indiferente, nem ignorar que a população do concelho de Albufeira igualmente está sentindo os efeitos da privatização dos CTT e se preocupa com o futuro deste serviço público.

Assim, os efeitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em ... de ... de 2018, delibere:

1. Solidarizar-se com a posição assumida pela ANMP no sentido da defesa da qualidade do serviço público a prestar pelos CTT e na exigência da sua urgente reavaliação pelo Governo, conforme o n.º 2 do art.º 57 da Lei 17/2012 de 26 de Abril, Lei Postal; avançando com a recuperação do controlo público dos CTT
2. E ainda, solidarizar-se com a luta das populações e dos trabalhadores que por todo o País protestam contra os despedimentos e os encerramentos de estações dos CTT;
3. Manifestar o seu mais vivo repúdio por qualquer tentativa de encerramento de estações dos CTT no Concelho de Albufeira;
4. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, à Assembleia da República, Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, ao Governo, à ANMP e à comunicação social,

Albufeira ... de ... de 2018

O efeito da CDU,

Renato J. M. M. Pimenta

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ponto 9

BANDEIRA DO PSD

A

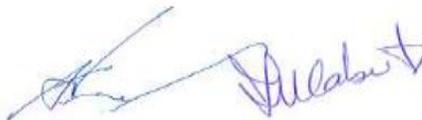
QUANTO À MOÇÃO DA CDU "PELA DEFESA DO SERVIÇO POSTAL, SITUAÇÃO DOS ETT" A BANDEIRA DO PSD, TENDO EM CONTA SER FAVORÁVEL À SUBSTÂNCIA APRESENTADA NA MOÇÃO, NÃO PODE, NO ENTANTO ESTAR DE ACORDO COM A FORMA COMO ~~É~~ É COLOCADA, DADO ESTA, NO PRIMEIRO PARÁGRAFO PERSISTIR NUMA ACUSAÇÃO BATIDA NA COLPABILIZAÇÃO SISTEMÁTICA E AGRESSIVA PARA COM OS GOVERNOS ANTERIORES, UTILIZANDO UMA LINGUAGEM IMPRÓPRIA DA DEMOCRACIA PRATICADA NESTE ÓRGÃO.

DESTE MODO, JUSTIFICA-SE A ABSTENÇÃO DESTA BANDEIRA NESTE PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS!

PRO PSD:






 Helena Patrícia Simões
 duachuit



MOÇÃO

Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. .

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Albufeira reunida a .../.../..., delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

O eleito da CDU
Renato Pimenta



CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP PEV



Saudação ao 1.º de Maio Dia Internacional do Trabalhador

Há 130 anos, milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional do Trabalhador.

Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

Desde então as lutas dos trabalhadores inseridos nas suas organizações sindicais têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, a conquista e a defesa de direitos alienáveis, um valioso contributo para mais justiça social e melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores, trabalhadoras e jovens.

Hoje esta luta continua mais que necessária, para combater os reveses civilizacionais, que com outro rosto pretendem manter níveis de exploração dos trabalhadores, exploração nas suas varias facetas:



desde os altos níveis de desemprego, precariedade, salários baixos.

É preciso pois, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários, a carga horária excessiva e desajustada, a negação de direitos e garantias. É esta instabilidade permanente, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do país.

Urge mobilizar os trabalhadores e populações em torno das suas justas reivindicações, na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação colectiva, pelo aumento dos salários e de outros direitos, pelas 35 horas de trabalho semanal, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social.

O eleito da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira na sua sessão de __/__/____ delibere:

- 1.Saudar os trabalhadores portugueses e do mundo, manifestar solidariedade para com a luta por eles desenvolvida, exortando-os a continuá-la, numa perspetiva de consolidar direitos conquistados e de avanços que conduzam á sua total emancipação;
- 2.Dar conhecimento desta saudação às organizações sindicais do Distrito de Faro, às centrais sindicais nacionais e aos órgãos de comunicação social.

Albufeira, __/__/____.

O eleito da CDU
Renato Pimenta